

## **GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE INFÂNCIA, EDUCAÇÃO E ESCOLA - GEPIEE**

**Jucirema Quinteiro (UFSC)**  
**Diana Carvalho de Carvalho (UFSC)**  
**Maria Isabel Batista Serrão (UFSC)**

O GEPIEE, criado em 2001, busca articular as Ciências Humanas e Sociais na explicitação dos fenômenos relativos à infância, à educação e a escola. Considerando as implicações de tais relações no âmbito da sociedade capitalista, entende a infância como condição histórico-cultural de *ser criança* e a escola como o *lugar* privilegiado de realização desta condição na contemporaneidade. Tem como objetivo principal a produção do conhecimento sobre as bases epistemológicas das relações existentes entre educação, infância e escola; as questões metodológicas e éticas; as dimensões políticas e pedagógicas da participação da criança; as diferenças socioculturais e seus reflexos nos processos escolares; os processos de socialização na escola; os processos de ensino e de aprendizagens; os direitos sociais da criança com ênfase aos de aprender, brincar e participar, bem como, as políticas públicas oferecidas à infância. Os pesquisadores deste Grupo, vinculados à linha de pesquisa Educação e Infância do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, entendem o espaço do exercício docente na educação básica como um campo rico para a pesquisa sobre a infância e, como professores universitários, realizam o estágio/prática de ensino como uma disciplina que ensina a ser professor, ao mesmo tempo em que propicia a construção de vínculos significativos com crianças e adultos no chão da sala de aula. Com base na perspectiva histórico-cultural formulada no campo mais amplo das ciências humanas e sociais, entendem a escola como uma organização social complexa que precisa ser radicalmente repensada em favor das classes populares e a infância como o tempo em que a criança deve se introduzir na riqueza da cultura humana histórica e socialmente criada, reproduzindo para si qualidades especificamente humanas. Destaca-se o esforço teórico-metodológico do grupo no sentido de ampliar a ideia de infância para além da educação infantil e do critério de idade. Os três trabalhos evidenciam a coerência do grupo diante dos seus próprios princípios e defesa de uma escola capaz de respeitar o direito à infância e, ainda, a atualidade das pesquisas realizadas, além de estarem diretamente vinculados às temáticas propostas pelo IV GRUPECI. O trabalho de Maria Eliza Chierighini Pimentel e Jucirema Quinteiro analisa os limites e as possibilidades do “direito à infância na escola” a partir de uma experiência de caráter longitudinal realizada no âmbito do estágio docente em nível universitário, cuja finalidade foi veicular os direitos da criança junto às próprias crianças e, contribuir com o processo de formação de professores. Teresa Cristina Magnabosco de Oliveira e Diana Carvalho de Carvalho investigam como as ações dos profissionais presentes na comunidade escolar, dirigidas intencionalmente à veiculação do conhecimento, favorecem as experiências exitosas no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes dos anos iniciais de escolarização. Janaína Damasco Umbelino e Maria Isabel Batista Serrão investigam os elementos mediadores na atividade pedagógica organizada para o desenvolvimento humano em sua omnilateralidade, a partir das contribuições da educação cubana, especialmente em duas propostas educativas de educação pré-escolar, institucional e não institucional.

## O “DIREITO À INFÂNCIA NA ESCOLA”: O ESTÁGIO DOCENTE COMO CAMPO DE PESQUISA

Maria Eliza Chierighini Pimentel (UFSC)  
Jucirema Quinteiro (UFSC)

Este trabalho é resultado de uma dissertação de mestrado defendida em março de 2014, e tem como objetivo analisar os limites e as possibilidades do “direito à infância na escola”, numa perspectiva sociológica e histórica, a partir de uma experiência de caráter longitudinal realizada no âmbito do estágio docente em nível universitário, mediante a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Os resultados deste processo encontram-se registrados pelas estudantes estagiárias em relatórios de estágio que expressam o que foi ensinado e aprendido no decorrer da graduação, bem como os desafios de se constituir professora da educação básica no chão da sala de aula respeitando a infância na escola e a criança como sujeito humano de pouca idade cujas atividades principais definimos como brincar, participar e aprender. A metodologia adotada pauta-se na definição de *monografia de base* proposta por Saviani, a partir de um rigoroso levantamento, organização, classificação e seleção do material coletado, centrando-se a análise nos 77 relatórios acumulados ao longo de doze anos. No âmbito da formação docente universitária, a proposição do “direito à infância na escola” como diretriz política, filosófica e pedagógica representa um conjunto de conteúdos, valores, estratégias, informações e conhecimentos, construídos ao longo de mais de uma década, e indicam outro modo de conceber e realizar a prática de ensino dirigida aos estudantes universitários que vão exercitar a docência junto às crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental. O caráter inovador de tal proposição se materializa, entre outros aspectos, no processo de “ensinar a ensinar” conceitos e conteúdos que garantam a dimensão ética e política na formação docente em nível universitário e, conseqüentemente, junto aos estudantes dos anos iniciais por meio das estudantes estagiárias. Assim, a veiculação dos direitos da criança junto às próprias crianças foi defendida e exercitada em cinco escolas públicas brasileiras e envolveu milhares de crianças/estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental; centenas de famílias; centenas de trabalhadores das escolas; e mais de uma centena de estudantes universitárias do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina. Dentre os resultados obtidos, é possível constatar que a escola pode *vir a ser* o espaço privilegiado da infância nos nossos tempos desde que se organizem intencionalmente as condições adequadas para garantir a máxima apropriação das qualidades humanas pelas novas gerações, onde a criança se sinta bem e com vontade de estar e voltar todos os dias. Entretanto, a análise de tais dados indica que ainda há um longo caminho a percorrer para garantir os direitos da criança, pois ao mesmo tempo em que a infância, durante este período, ganhou visibilidade no interior da escola, principalmente, por meio das manifestações de alegria e envolvimento das crianças nas ações desenvolvidas pelo estágio docente, os adultos têm manifestado certo tipo de rejeição a tais conteúdos, especialmente, ao direito à participação da criança no seu próprio processo formativo.

**Palavras-chave:** Infância, Criança, Formação de professores.

## **A EDUCAÇÃO ESCOLAR E A AÇÃO INTENCIONAL DO PROFESSOR: UM ESTUDO DE CASO NOS ANOS INICIAIS DE ESCOLARIZAÇÃO**

**Teresa Cristina Magnabosco de Oliveira (UFSC)**  
**Diana Carvalho de Carvalho (UFSC)**

O presente trabalho é resultado de uma dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, na linha de pesquisa Educação e Infância, em dezembro de 2011. A pesquisa teve por objetivo investigar como as ações dos profissionais presentes na comunidade escolar, dirigidas intencionalmente à veiculação do conhecimento, favorecem as experiências exitosas no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes dos anos iniciais de escolarização, em uma escola pública de um município do interior do Paraná. A pesquisa de campo ocorreu no período de fevereiro de 2010 a outubro de 2011, portanto, um ano e oito meses, em uma escola pública que se encontrava entre as cinco com melhor desempenho no IDEB do município, em 2008. A escolha dessa escola como campo de pesquisa deveu-se ao fato de receber estudantes oriundos de níveis sócio-econômicos diferentes, moradores tanto da zona rural quanto dos bairros circunvizinhos à escola. Esta investigação tomou como referencial teórico autores da perspectiva Histórico-Cultural, tanto da área da Psicologia como da Educação. Optou-se pela realização de um estudo de caso de cunho etnográfico, utilizando técnicas que tradicionalmente são relacionados a este tipo de pesquisa, tais como a observação participante, questionário, entrevista e análise de documentos. O presente trabalho está composto pela introdução, pelo percurso metodológico adotado e por três capítulos: um capítulo discute o caminho percorrido para a implantação das políticas públicas e propostas curriculares no estado do Paraná, no município em pauta e na escola pesquisada, buscando compreender a tradução feita pelos professores dessas orientações e seu impacto no trabalho pedagógico. A perspectiva histórico-cultural que fundamenta as discussões sobre a educação escolar, o ensino e a ação intencional do professor constituem o segundo capítulo. No último capítulo foram analisadas as práticas pedagógicas realizadas na escola, envolvendo tanto o trabalho do professor na sala de aula como as práticas coletivas de veiculação do conhecimento. As conclusões indicaram que o êxito na aprendizagem dos estudantes repousa no conjunto de ações que são mediadas pela comunidade educativa, profissionais de diferentes áreas que ali atuam e, em especial, pela equipe pedagógica que investe na atividade de ensino de forma intencional e planejada. Apesar das contradições entre o proposto e o realizado, que são próprias do processo, foi possível concluir que as ações da equipe escolar, que constituem o projeto vivo da escola, favorecem as experiências exitosas no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes dos anos iniciais de escolarização. Entre os fatores responsáveis pelo sucesso, se destacaram: o fato de a equipe pedagógica apostar constantemente na possibilidade de aprendizagem dos estudantes, a dedicação de todos no planejamento conjunto, a interação entre os diferentes participantes da comunidade educativa com o foco sempre no trabalho com o conhecimento, além da longa permanência dos profissionais na escola, situação que não é comum na grande maioria das escolas brasileiras.

**Palavras-chave:** Educação, Infância, Práticas pedagógicas.

## **ATIVIDADE PEDAGÓGICA E DESENVOLVIMENTO HUMANO: CONTRIBUIÇÕES DE CUBA PARA A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS DE IDADE**

**Janaina Damasco Umbelino (UFSC)**  
**Maria Isabel Batista Serrão (UFSC)**

O presente texto visa apresentar algumas reflexões decorrentes de uma pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação, no nível de doutorado. Essa pesquisa é parte integrante das realizadas no Grupo de Estudos e Pesquisa Infância Educação e Escola – GEpiee e no Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Atividade Pedagógica- gepape, que buscam, respectivamente, estudar as relações entre infância, educação, escola e atividade pedagógica, a partir da Teoria Histórico-cultural. Seu objetivo foi o de investigar os elementos mediadores na atividade pedagógica organizada para o desenvolvimento humano em sua omnilateralidade, a partir das contribuições da educação cubana. Para alcançarmos tal objetivo, realizou-se um estudo bibliográfico e documental, em duas propostas educativas, fundamentadas na Teoria Histórico-cultural: a Educação Pré-escolar, nas suas duas formas de organização: institucional - nos Círculos Infantis -, e não institucional - pelo Programa Educa a tu hijo. Partiu-se do pressuposto que a atividade pedagógica é compreendida como a unidade entre a atividade realizada por um adulto responsável que atua intencionalmente na educação de crianças, jovens e adultos aprendizes, ao organizar situações para a apropriação do legado cultural de forma sistematizada, e a atividade de aprendizagem realizada por sujeitos que participam de tais situações. Assim a atividade pedagógica pode ocorrer em diferentes âmbitos educativos, mas sempre envolve sujeitos em diferentes níveis e momentos de formação e desenvolvimento humanos. No caso cubano, cabe destacar que sua formação social a partir do final de 1959, ano do Triunfo da Revolução Socialista, é configurada pelas ações dos cubanos e cubanos na direção de criar condições efetivas para a superação do capitalismo e de seus respectivos agentes que impedem o desenvolvimento humano omnilateral. Tais ações criaram uma estrutura estatal capaz de atender, ainda que de forma restrita, as principais demandas sociais para a produção da existência humana. Também se pôde constatar a importância dos determinantes históricos para uma proposição revolucionária de educação que apresenta como resultados: 1) o atendimento educacional de 99% das crianças de 0 a 5 anos de idade. Tal atendimento envolve um grupo de trabalhadores de diversas áreas, como, por exemplo: saúde, educação, cultura, assistência social e desporto. 2) o aumento da taxa de alfabetização e conseqüentemente a diminuição das chamadas “dificuldades de aprendizagem” da leitura e da escrita, evidente no bom desempenho dos estudantes comprovado através de avaliações internacionais. 3) a promoção e o respeito aos direitos humanos em geral e, particularmente, os direitos sociais das crianças e adolescentes, com destaque às ações relacionadas à proteção de sua integridade física e moral, à provisão das condições necessárias para sua formação e desenvolvimento como seres humanos e a participação por meio da organização dos pioneiros da educação. Por fim, a condição social de ser criança, em Cuba, está intrinsecamente ligada à possibilidade histórica da formação e desenvolvimento da criança como ser humano em seus inúmeros aspectos.

**Palavras-chave:** Atividade Pedagógica, Teoria Histórico-cultural, Direitos da criança.